

## Impacto das leis 11.769/2008 e 13.278/2016: pesquisa exploratória nos anais da ABEM de 2009 a 2023

### Comunicação

#### GTE 11 – Ensino de Música nas Escolas de Educação Básica

*Mateus Pietrobon*  
Universidade de Caxias do Sul  
mpietrobon@ucs.br

*Vitor Hugo Rodrigues Manzke*  
Universidade de Caxias do Sul  
vhrmanzke@ucs.br

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma pesquisa exploratória nos anais da ABEM, de 2009 a 2023, a fim de compreender os impactos das leis 11.769/08 e 13.278/16 na educação básica. Sabendo que as legislações indicam a obrigatoriedade do ensino do conteúdo de música nas escolas, esta pesquisa busca investigar se a música está sendo realmente inserida no contexto escolar. Através de uma abordagem qualitativa e do método de pesquisa bibliográfica, os objetivos desta pesquisa foram: mapear as publicações referentes ao impacto das leis 11.769/08 e 13.278/16, publicados nos anais dos Congressos Nacionais da ABEM entre os anos de 2009 a 2023; analisar o conteúdo das publicações acerca do tema e; apontar um possível caminho para a compreensão da realidade brasileira em relação à implementação das leis. A partir das análises, foi percebido que, mesmo após 16 anos da implementação da primeira lei, são raros os relatos de inserção da música nas escolas e a sua real inserção é afetada principalmente pelas interpretações ambíguas das leis e da falta de articulação entre macro e micro espaços educacionais. Acredita-se que esta pesquisa possa contribuir e servir de referência para outras pesquisas da área.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Música na Educação Básica. Educação Musical.

### Introdução

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) tornou o ensino de Arte obrigatório na educação básica brasileira e propôs a valorização das diferentes linguagens artísticas, com o objetivo de superar o modelo polivalente que predominou por décadas. Entretanto, a LDB não especificava quais linguagens deveriam ser

incluídas no currículo escolar, gerando uma lacuna interpretativa. Com o intuito de preencher essa ausência, foi sancionada a Lei 11.769/2008, tornando obrigatório o ensino de música na educação básica. Posteriormente, a Lei 13.278/2016 ampliou essa obrigatoriedade, estabelecendo que as quatro linguagens: música; dança; teatro e artes visuais, devem estar presentes no ensino de Arte.

Todavia, no decorrer de nossa formação no curso de licenciatura em música, foi percebido, através da realização dos estágios supervisionados durante o ano de 2018 e no primeiro semestre de 2019, em uma escola pública no município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, que o conteúdo de música não era abordado nas aulas de Arte, que se limitavam às artes visuais. Essa constatação motivou o questionamento sobre se tal realidade seria isolada ou refletiria uma situação mais ampla na educação básica brasileira.

Diante disso, foi conduzida uma pesquisa exploratória nos anais dos Congressos Nacionais da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), abrangendo o período de 2009 a 2023, com o objetivo de mapear e analisar publicações que abordassem os impactos das Leis 11.769/08 e 13.278/16. A investigação buscou compreender como pesquisadores de diferentes regiões do país têm discutido a implementação dessas leis e quais lacunas permanecem no processo de inserção efetiva da música nas escolas. Portanto, os objetivos da pesquisa são: mapear as publicações nos anais da ABEM que tratam do impacto das referidas leis; analisar criticamente os conteúdos desses estudos; e apontar caminhos que contribuam para a compreensão da realidade brasileira em relação à efetivação dessas políticas educacionais.

A justificativa para a pesquisa reside na importância do papel do pesquisador na compreensão de lacunas entre macro e micro espaços educacionais. E, a ausência de trabalhos anteriores com o mesmo foco dentro dos anais da ABEM também reforça o caráter pioneiro e a relevância do estudo, que se propõe como referência para futuras investigações sobre o ensino de música no contexto da educação básica no Brasil.

## Contextualização das leis

Em 2006, o grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música iniciou a campanha “Quero Educação Musical na Escola”, culminando, em 2008, na promulgação da Lei 11.769/2008. Essa legislação alterou o artigo 26 da LDB nº 9.394/96, estabelecendo que: “§ 6º - A música deverá

ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” (BRASIL, 2008). A redação da lei também previa a exigência de formação específica para atuação como docente de música, contudo, essa exigência foi vetada, permitindo a atuação de profissionais sem formação superior na área.

Sobre o conteúdo da lei, Figueiredo (2010) aponta que a definição da música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, gera múltiplas interpretações, permitindo que estados e municípios mantenham autonomia na elaboração de seus projetos políticopedagógicos, fator que, segundo o autor, remete à prática polivalente da antiga educação artística. Além disso, destaca o veto à exigência de formação específica em música, o que também contribui para interpretações diversas por parte dos órgãos educacionais. Aguiar (2011) ainda complementa que, admitir a não necessidade de formação na área é o mesmo que "admitir que o conjunto de saberes construído a partir de uma reflexão sistemática e embasada no ensino superior de música é desnecessário" (Aguiar, 2011, p. 92).

Portanto, percebemos que ambos os autores reconhecem que a lei acaba sendo vaga em suas considerações, fator que pode ser preocupante no processo de adaptação das escolas para a implantação da música e inclusive ocasionando em um ensino de música de baixa qualidade.

Em 2016, a LDB n. 9394/96 sofre nova alteração, o § 6º, incluído pela lei 11.769/08, é alterado por conta da promulgação da lei 13.278/16, que é a lei vigente atualmente. Segundo Brasil (2016): “§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” Enquanto a lei 11.769/08 mencionava em sua redação apenas o ensino de música como obrigatório, a lei 13.278/16 também menciona: artes visuais, dança e teatro. Mas, diferentemente da lei anterior, o art. 2 da lei 13.278/16 propõe:

O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes desta Lei, incluída a necessária e adequada formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos. (BRASIL, 2016).

Embora a Lei 13.278/16 mantenha os princípios da anterior, seu avanço mais significativo está na valorização da formação adequada em licenciatura, o que representa uma

tentativa de elevar a qualidade do ensino das artes, incluindo a música, no contexto da educação básica.

## Metodologia

No primeiro momento da pesquisa realizamos um mapeamento de todos os trabalhos publicados nos anais dos Congressos Nacionais da ABEM, entre os anos de 2009 e 2023, que estão relacionados ao impacto das leis 11.769/08 e 13.278/16, com isso o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Marconi e Lakatos (2002) esclarecem que a pesquisa bibliográfica, além de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito sobre determinado assunto, nos permite explorar novas áreas e chegar a diferentes conclusões de acordo com o ponto de vista do pesquisador.

De acordo com o método de pesquisa bibliográfica, é necessário identificarmos de que forma será realizada a coleta de dados. Gil (2002) menciona que uma pesquisa bibliográfica não precisa necessariamente ser realizada através de livros de leitura corrente. Dependendo do tema escolhido, é possível realizar a coleta de dados em fontes que sejam confiáveis e capazes de fornecer informações adequadas para a pesquisa. Com isso, foi escolhida como fonte de coleta de dados os anais dos congressos nacionais da ABEM, fonte esta que possui credibilidade e é referência na área do ensino musical.

Em relação ao recorte histórico, analisamos apenas os anais a partir de 2009, pois foram os primeiros anais publicados após a implementação da lei 11.769/08, portanto é apenas a partir deste ano que encontraremos dados que serão relevantes para a pesquisa. Mas devemos lembrar que em alguns anos não houve publicações, portanto foram analisados os anais publicados nos anos de: 2009; 2010; 2013; 2015; 2017, 2019, 2021 e 2023. Todos os anais estão disponibilizados no site da ABEM, no formato pdf.

Na realização do mapeamento dos artigos que seriam úteis para a pesquisa, primeiramente decidimos quais palavras-chave seriam utilizadas na seleção, que foram: Lei 11.769/08; Lei 13.276/16; obrigatoriedade do ensino da música; impactos da legislação do ensino da música e; implementação da música, sendo selecionados apenas os trabalhos que fizeram alusão às palavras-chave em seu título, resumo e lista de palavras-chave.

E, os artigos coletados foram analisados através de uma abordagem qualitativa. Gerhardt e Silveira (2009, p.31) comentam que: “A pesquisa qualitativa não se preocupa com

representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Em relação à análise de dados qualitativos, Richardson (2015) elucida que, essa abordagem possibilita interpretar o problema sob diferentes perspectivas e considerar variações inerentes às ciências humanas, as quais muitas vezes são negligenciadas por métodos quantitativos que tendem à generalização. Sendo assim, o método de análise qualitativo é o mais adequado para esta pesquisa, pois permite compreender a complexidade e a subjetividade do tema.

## Análise de dados

Na realização do mapeamento dos anais da ABEM de 2009 a 2023, foram selecionados 99 artigos que se relacionam com os impactos das leis 11.769/08 e 13.278/16, em um total de 1919 artigos publicados.

Especificando, de acordo com os anais de cada ano, nos anais de 2009, de um total de 206 artigos publicados, foram selecionados 12 (5,82%) artigos, que estão listados no quadro abaixo.

**Quadro 1: ABEM 2009**

AUTOR	OBRA
STORI.	Ensino de música no Paraná: as relações entre o currículo básico para a escola pública, as diretrizes curriculares estaduais e a Lei 11.769/08
ARROYO; GASQUES.	Música nas propostas curriculares dos estados brasileiros pós LDBEN 9394/96
ALBERTI; FIGUEIREDO; SOUZA.	DE Orientações legais para o ensino de música nos anos iniciais da escola: investigando a legislação educacional em estados brasileiros
SUBTIL.	Uma contribuição ao estudo da educação musical nas políticas públicas brasileiras: educação artística, expressão e polivalência na lei 5.692/71

AHMAD; BELLOCHIO.	A Lei 11.769/2008 e a educação musical em escolas municipais de Santa Maria/RS
ALMEIDA; DO COUTO; SANTOS; SOARES.	Música e valor: concepções de diretores de escolas da rede pública estadual de Belo Horizonte (MG) sobre a aula de música
CERESER; HENTSHCKE.	A escala de crenças de autoeficácia dos professores de música para atuar no contexto escolar
BELLOCHIO; FURQUIM.	A formação musical de professores em cursos de pedagogia do Rio Grande do Sul
ARAÚJO; DE LIMA; MAIER; STENCEL.	Musicalização na escola: em busca de uma experiência de vida
WOLFFENBÜTTEL.	A música no projeto político pedagógico: um estudo na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS
QUEIROZ; SANTOS.	Ensinando música na escola: experiências a partir do Programa de Licenciatura da UFPB
MENDES; DA SILVA.	Projetos articulados para a implementação da Lei 11.769/08 e desenvolvimento do ensino e aprendizagem de música em Natal/RN

Fonte: Organização do autor

Ao analisar os artigos da ABEM de 2009, percebemos que os autores se preocupam principalmente com a falta de ambientes escolares propícios para a inserção da música e a falta de professores qualificados para atenderem a nova demanda.

Nos anais de 2010, foram selecionados 17 (6,5%) artigos dentre 262 artigos publicados. Artigos estes que estão apresentados no quadro abaixo.

**Quadro 2: ABEM 2010**

AUTOR	OBRA
LÜDERS; TEIXEIRA.	A educação musical na perspectiva inclusiva: o que é visível e invisível no tempo e no espaço da música em conjunto de escolas da rede pública de ensino do Paraná
MORATO.	A formação profissional em música: uma reflexão pensada sob o ponto de vista da construção social da profissão musical
COTRIM.	A prática docente em música e suas inter-relações com as políticas públicas para a educação básica
AZEVEDO; REIS.	A presença da música no Ensino Médio e cursos preparatórios para ingresso nas instituições de ensino superior: transformações no cenário educacional
AHMAD; BELLOCHIO.	Lei 11.769/2008 e escolas municipais de ensino fundamental: um estudo na cidade de Santa Maria/RS
BARROS; FERREIRA; HARDER; CHAGAS NETO; SANTOS.	Panorama do ensino de música nas escolas de Ensino Fundamental e Médio da cidade de Aracaju, Sergipe
ADEODATO; LANGE; LIMA.	Projeto Vitória Musical - caminhos para a implementação curricular do ensino de música na Rede Municipal de Ensino de Vitória (ES)
CERESER; CERNEV.	Surveys baseados na internet: possibilidades e limites para investigação da motivação dos professores de música
FICK.	Um olhar sobre o trabalho do professor de música no Espaço Cultural de uma escola em Fortaleza - Relato de experiência
NOGUEIRA.	A música nos currículos de pedagogia: espaço em disputa
EMRICH.	Ensino musical escolar na nova matriz curricular do estado de Goiás: elaboração e aplicação de sequências didáticas na disciplina de música
ARAÚJO; GARBOSA.	Estratégias para a implementação da Lei 11.769/08: proposta de trabalho conjunto entre unidocentes e professores de música
SANTOS.	Modos de ensinar música na escola: um estudo a partir de uma orquestra escolar
DUARTE; KEBACH.	O ensino da música na Educação Infantil: ouvindo o que os professores pedagogos pensam e sentem a respeito
MARINHO; QUEIROZ.	Políticas públicas em educação musical: a atuação do Grupo de Pesquisa PENSAMus
FERNANDINO; FEICHAS; PARIZZI; SANTIAGO; SILVA.	Projeto Integrado CMI/UFMG - Música na Escola regular
DUTRA; GOMES; MAIER; MARTINS; SOARES.	Composição de musical infantil: um projeto de pesquisa em criação musical

Fonte: Organização do autor

Na análise dos anais de 2010, percebemos que a principal preocupação dos autores era cumprir o prazo de três anos para a implantação do ensino de música, conforme exigido por lei. As estratégias mais recorrentes incluíam a formação continuada de professores e o trabalho colaborativo entre docentes generalistas e especialistas. Embora houvesse limitações quanto ao espaço e tempo dedicados à música nos currículos, já eram visíveis as primeiras tentativas de sua inserção nas escolas.

Nos anais de 2013, de 252 artigos, foram selecionados 21 (8,3%) artigos. Os artigos mapeados estão apresentados no quadro a seguir.

**Quadro 3: ABEM 2013**

AUTOR	OBRA
ERTEL; WOLFFENBÜTTEL.	A educação musical nas escolas do Rio Grande do Sul: Uma Investigação em Escolas Públicas de Educação Básica
MACHADO.	A Lei 11.769/08: Desafios para professores de artes da região das missões do Rio Grande Do Sul
FLACH; WOLFFENBÜTELL.	A Obrigatoriedade do Ensino de Música nas Escolas: uma investigação sobre os desdobramentos da Lei nº 11.769/2008 em Secretarias Municipais de Educação do Rio Grande do Sul
REIS.	Democratização do conhecimento musical no Ensino Médio: discursos e impressões discentes
BRITO; SCHROEDER.	O Ensino de Música na Educação Básica: Um mapeamento da Microrregião de Blumenau
FARIA; FERNANDES; OLIVEIRA; OLIVEIRA.	O ensino de música no primeiro ciclo do Ensino Fundamental: a prática de uma amostra de professores generalistas em Presidente Prudente – SP
ALVES.	Os desafios e as perspectivas na formação e atuação profissional de professores de música em Natal/RN
FILIPAK.	Os rumos da implementação da Lei nº 11.769/08 no Estado do Paraná: um estudo de levantamento de dados no município de Palmeira
AHMAD; BELLOCHIO.	Processos de implementação da Lei 11.769/2008: um estudo nas Redes Municipais e Estaduais de Ensino na cidade de Santa Maria/RS
DAENECKE; DEL-BEN; FRACASSO; GAULKE; MACEDO; OLIVEIRA; PEREIRA; PEDRINI; PUERARI.	Sobre a docência de música na educação básica: uma análise de editais de concursos públicos para professores
MADALOZZO.	Análise de livros didáticos de música para o ensino Fundamental I

COSTA; FONSECA.	As conexões entre a prática docente dos licenciandos da Escola de Música da UFMG e o Projeto Música na Escola Regular
GOMES; ROGÉRIO; TEIXEIRA.	Disciplina de música do ensino integrado do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Ceará (IFCE)
LEÓN; MARQUES; SOUZA; VIEIRA.	Estágio Docente No Programa De Pós-Graduação Em Música: Aprendendo A Ser Professores Universitários
AMENT; JOLY; SEVERINO.	Formação continuada: solução ou não?
SCHEFFER; WOLFFENBÜTTEL.	Formação Superior nas Universidades Públicas do Rio Grande do Sul: pesquisando propostas curriculares nas licenciaturas em música
DESSOTTI; SCHEFFER; WOLFFENBÜTTEL.	Licenciatura em Música na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul: investigando a formação e atuação dos egressos
LEITE.	Música, Comunidade E Escola: Relações vividas por professores nãoespecialistas em música
CUNHA; LIMA; MARQUES; SOARES.	O ensino da música na formação inicial do pedagogo em fortaleza: Uma investigação exploratória
CASTRO.	Reflexões sobre o Currículo Mínimo 2013 de Arte da Rede Estadual de Ensino Público do Rio de Janeiro
ADEODATO; COSTA.	O ensino coletivo do ukulele como uma possibilidade de inovação no contexto da educação musical

Fonte: Organização do autor

Ao analisarmos os anais de 2013, percebemos que, mesmo após 5 anos da promulgação da lei 11.769/08, a efetiva implementação da música nas escolas está longe do ideal. Questões levantadas, como: falta de concursos públicos; desengajamento de licenciados em música, que buscam atuar em outras áreas e não na educação básica, principalmente por conta do descompasso entre cursos superiores e a realidade escolar; falta de articulação entre macro e micro espaços educacionais e; a incompreensão do texto da lei, ainda persistem.

Nos anais de 2015, de 276 artigos publicados, foram seccionados 21 (7,6%) artigos, que estão listados no quadro abaixo.

**Quadro 4: ABEM 2015**

AUTOR	OBRA
VIEIRA.	A implementação do ensino de música na rede municipal de Seropédica/RJ: inovações e desafios. Estudos iniciais

SCHAMBECK; VASCONCELOS.	Implementação da Lei 11.769/2008: concepções dos gestores de educação da cidade de Blumenau/SC
ARAÚJO; FILIPAK.	A implementação da Lei 11.769/08 nas escolas da Rede Pública de Ensino do Município de Palmeira-Pr
SENA.	A normatização da lei 11.769/2008 na educação básica do DF
SOUZA.	Professor de Música: Percursos Até a Lei 11.769/08
ERTEL; WOLFFENBÜTTEL.	SCHEFFER; Formação e Atuação de Professoras que Trabalham com Música em Escolas Públicas: um Estudo Multicasos
CARVALHO; ROCHA; ZANETI.	O ensino de música na rede municipal do Natal/RN: resultados da pesquisa realizada pelo GRUMUS-UFRN
ERTEL; SCHEFFER; SOUZA; WOLFFENBÜTTEL.	O Ensino de Música em Escolas Públicas Municipais do Rio Grande do Sul: uma investigação a partir da organização dos COREDES
FERREIRA; MAGALHÃES.	Ensino de música no Instituto Federal da Bahia: um estudo à luz do ciclo de políticas de Stephen Ball.
ALMEIDA; FERREIRA; NASCIMENTO.	BARBOSA; FERREIRA; A Educação Musical em Três Escolas públicas do Ceará: panorama de uma realidade estadual
FAÇANHA.	O Sistema de Ensino Paraense e o Ensino de Música
AQUINO.	A música como conteúdo obrigatório na educação básica: reflexões acerca da epistemologia da educação musical
AMARAL; SILVA.	Iniciando o trabalho com música: uma experiência no 6º e 7º ano do Ensino Fundamental
HENRIQUES.	Educação Musical na Educação Infantil do Colégio Pedro II: um processo de construção
ALVES; SOUZA.	Ensino Coletivo: Método Tocar-Junto Ferramenta Didático Pedagógico para Bandas Marciais da Cidade de Goiânia
ALVES.	O Ensino de Instrumentos Musicais na Educação Básica
NEVES.	Educação Musical e Projetos de Trabalho: relato de prática docente interdisciplinar na Educação infantil
PEREIRA.	Educação a distância no Brasil: formando professores para atender à demanda da lei nº 11.769 de 2008
OLIVEIRA.	Educação musical para crianças surdas e ouvintes: uma proposta de inclusão

REQUIÃO.	Apenas a Lei não basta: o processo de implementação da Educação Musical em um curso de pedagogia do litoral sul fluminense
MACIEL.	O Fórum de Educação Musical da Bahia – FEMBA

Fonte: Organização do autor

Nos anais de 2017, de 186 artigos, foram selecionados 7 (3,8%) artigos, que estão especificados no quadro a seguir.

**Quadro 5: ABEM 2017**

AUTOR	OBRA
CHAPA; HANDERSON; HANDERSON FILHO.	Os (des)caminhos da educação musical em Belém do Pará: música na modalidade EJA.
AMARAL; SENA.	Educação Musical na escola básica: uma investigação junto às escolas públicas do Amapá
BRAUN; ALMEIDA; WOLFFENBÜTTEL.	Concursos Públicos para Professores de Música no Rio Grande do Sul: uma análise político-educacional de 2008 a 2017
LIMA; SOUZA.	O ensino de Música na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro: Interdisciplinaridade ou polivalência?
CRUZ; HENDERSON RODRIGUES; FILHO; RODRIGUES.	Educação Musical no Ensino Fundamental: Uma experiência do PIBID utilizando Metodologia de Projetos

LEÓN; LORENZETTI; MARQUES; PEDRO; SOUZA.	Formação de professores para o ensino de música nas escolas: Relato de uma experiência no Rio Grande do Sul
ALVES.	Conservatórios Estaduais Mineiros: formação de Professores de Música, centros pedagógicos e capacitação docente em Música

Fonte: Organização do autor

Nos artigos dos anais de 2015 e 2017, percebemos que houve avanços significativos em relação aos anos anteriores, onde observamos relatos de ações e de projetos de ensino de música com resultados satisfatórios ao serem inseridos nas escolas de educação básica. Mas vale ressaltar que problemas como: falta de articulação entre secretarias e escolas e; interpretações equivocadas e desleixadas da lei infelizmente ainda persistem

Apesar da publicação dos anais de 2017 ter ocorrido um ano após a promulgação da Lei 13.278/16, ainda não se observa uma repercussão significativa dessa legislação no ensino de música. Entretanto, na pesquisa de Chapa, Henderson e Henderson Filho (2017), uma coordenadora de educação critica a lei, apontando que ela pode reforçar a prática do ensino polivalente.

Nos anais de 2019, de 181 artigos publicados, foram selecionados 6 (3,3%) artigos, que estão listados no quadro abaixo.

**Quadro 6: ABEM 2019**

AUTOR	OBRA
AMARAL; SENA.	Educação musical na escola básica: uma investigação junto a rede estadual de Macapá
AZEVEDO; ORTIZ.	O currículo polivalente em Arte e a prática de professores de música em Várzea Grande – MT

AMORIM; GAULKE; GOMES; MAIA; MOTA; MOURA; RIBEIRO; ROCHA; SILVA.	Música na Educação Básica no Estado do Rio Grande do Norte: um panorama das publicações científico-acadêmicas de 2008 a 2018
BERG; PODESTÁ.	Entre a polivalência e a transdisciplinaridade: caminhos para a formação artística e pedagógica
COSTA; PEREIRA; RIBEIRO.	Interdisciplinaridade entre a música e as outras linguagens artísticas no livro didático de arte
PIMENTEL; SOUTO; WOLFFENBÜTTEL.	Políticas Públicas em Educação Musical: uma pesquisa-ação sobre a implementação da música em escolas de Canoas/RS

Fonte: Organização do autor

Diferentemente da análise dos anais de 2017, percebemos que a lei 13.278/16 passou a ser mais discutida nos anais de 2019. Observamos que o tópico mais abordado pelos autores foi a polivalência no ensino das artes, onde esteve geralmente vinculado ao debate em relação às ambíguas interpretações da lei 13.278/16. E, para a superação do modelo polivalente, os autores sinalizaram a interdisciplinaridade, tanto na escola quanto no ensino superior, sendo um possível caminho.

Nos anais de 2021, de 281 artigos, foram selecionados 7 (2,5%) artigos, que estão listados no quadro abaixo.

**Quadro 7: ABEM 2021**

AUTOR	OBRA
BRITO; CHAGAS NETO; MARQUES; SILVA; SOUZA.	Relato de experiência de um curso de capacitação para docentes: diálogos entre a Licenciatura em Música da UFCA e as redes públicas de ensino
CARVALHO.	Configurações do ensino de música frente ao componente curricular Arte: um estudo com professores de música da Educação Básica

CARVALHO; TEIXEIRA.	GONÇALVES;	Currículo de Música na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro: Em debate
FILIPAK; ROCHA.		Panorama da Educação Musical nos Institutos Federais
PURIN.		Educação Musical: construção de política pública para a Inserção da Música na Rede Municipal de Ensino de Cidreira/RS
SEVERO.		Formação de música para professores de arte da educação infantil da cidade de Ceará Mirim RN: musicalizando para musicalizar
SOUZA.		tendências Educação musical escolar: correlações entre pedagógicas e políticas de orientação do Paraná

Fonte: Organização do autor

Nos anais de 2023, de 275 artigos, foram selecionados 7 (2,5%) artigos, que estão listados no quadro abaixo.

**Quadro 8: ABEM 2023**

AUTOR	OBRA
ANDRADE; FAÇANHA.	Educação Musical na formação do pedagogo na UNIP em Santarém-PA
AZEVEDO; GIONGO; SANTOS; WOLFFENBÜTTEL.	Música na Educação Infantil: uma pesquisa nos documentos orientadores municipais do Vale do Cai/RS

DUTRA; GALON.	Panorama do ensino e aprendizagem da Arte na Zona da Mata Mineira: reflexões sobre uma educação humanizadora no contexto do Novo Ensino Médio
GARBOSA; LESSING.	Círculos de formação em Música: breve relato de experiência
NICODELLI; SCHAMBECK.	A Música nas NEIM's do Futuro: a chegada de professores de Música nos Núcleos de Educação Infantil Municipal de Florianópolis
OLIVEIRA; RODRIGUES.	Programa Música na Rede e a BNCC: processo de implementação da disciplina eletiva em escolas da Educação Básica no estado do Espírito Santo
WOLFFENBÜTTEL.	Resolução CNE/CEB n.º 2/2016 e as competências dos conselhos de educação para a operacionalização do ensino de música na educação básica

Fonte: Organização do autor

A análise dos anais de 2021 e 2023 revela que as pesquisas destacam iniciativas para a implementação do ensino de música na educação básica, incluindo ações de universidades para a formação de profissionais especializados e esforços das redes de ensino na inserção da disciplina em suas grades curriculares. Contudo, persistem desafios recorrentes, como: as ambiguidades na interpretação da Lei 13.278/16 que, segundo os autores, podem favorecer o retorno ao ensino polivalente e; a falta de articulação entre macro e micro espaços educacionais.

### Algumas considerações

A análise qualitativa dos artigos revela que as Leis 11.769/08 e 13.278/16 ainda têm impacto limitado na prática escolar brasileira. Apesar de avanços pontuais na inserção da música nas escolas, a maioria dos trabalhos aponta para o descumprimento das leis, motivado principalmente por deficiências estruturais, escassez de materiais e de professores capacitados, além de interpretações ambíguas da legislação e falta de articulação entre escolas

e secretarias de educação. Como possíveis soluções, os autores sugerem a formação continuada de professores, o trabalho colaborativo entre docentes generalistas e especialistas, e a reestruturação dos cursos superiores em consonância com as demandas da educação básica.

Apesar de concluirmos que a música ainda não está efetivamente inserida no ambiente escolar, ressaltamos que nosso objetivo final era apontar um “possível caminho” para a compreensão da realidade brasileira em relação à implantação das leis, portanto esta pesquisa realiza apenas um pequeno recorte do que acreditamos ser a realidade do ensino de música nas escolas do país. Tendo isso em vista, reconhecemos a importância de ampliar essa pesquisa para além da ABEM, como por exemplo, para a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM) a fim de ter um panorama maior da realidade brasileira em relação aos impactos das leis 11.769/08 e 13.278/16.

## Referências

AGUIAR, Joselia. *Sonoridades escolares: ensino de música volta a ser obrigatório*. São Paulo: *Pesquisa Fapesp*. Vol 179, p. 90 - 93, 2011.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm)>. Acesso em 30 de junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei n. 13.278, de 02 de maio de 2016*. Altera o § 6º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm#ART1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm#ART1)> Acesso em 30 de junho de 2025.

CHAPA, Sonia Maria Moraes; HANDERSON, Jucélia Estumano; HANDERSON FILHO, José Ruy Henderson. Os (des)caminhos da educação musical em Belém do Pará: música na modalidade EJA. *In: Congresso Nacional da ABEM, XXIII. Anais [...]*. Manaus, 2017.

FIGUEIREDO, Sérgio. O processo de aprovação da Lei 11.769/2008 e a obrigatoriedade da música na Educação Básica. *Anais do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*, Belo Horizonte, 2010. Painel.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.